

A Invisibilidade da Teoria da Função Política nas Produções Acadêmicas de Relações Públicas¹

Marcelo de Barros Tavares ²

Liliane Fraga da Silva³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

Resumo

O presente artigo reflete a invisibilidade da teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993) nas produções acadêmicas de Relações Públicas. O ponto de partida é o banco de dados elaborado pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação - GPEPCom, que faz um recorte de setenta e três pesquisas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, do período de 2013 a 2019. A partir de uma análise das referências bibliográficas, constatamos que apenas dezessete estudos utilizam e/ou valem-se de alguma obra científica de Roberto Porto Simões. Ancorados na premissa que o ensino superior da área é a base da sua *práxis* na sociedade, temos um ponto de atenção na medida em que a produção de conhecimento científico ignora este relevante arcabouço teórico da atividade de Relações Públicas.

Palavras-chave

Banco de Dados; Ensino; Relações Públicas; Teoria da Função Política.

Introdução

O artigo que apresentamos parte do pressuposto de que o ensino pode fundamentar as *práxis* de Relações Públicas na sociedade, e que, portanto, a prática profissional deve ser precedida por um estudo em comunicação, compreendemos a relação teoria e prática como um aspecto relevante. Desta forma, consideramos imprescindível que o ensino da área esteja apoiado em distintas bases teóricas.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação, Ensino e Estratégias Docentes, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutorando e mestre em Comunicação Social pela PUCRS, bacharel em Relações Públicas pela ULBRA, membro do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom). Atua como Docente do curso de Relações Públicas do Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter, e preside o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP) na gestão 2019/2022. E-mail: marcelotavares21@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação Social na PUCRS, bacharel em Relações Públicas pela UniRitter, membro do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom). Atua como Community Manager na Noize Média. E-mail: lilianefragadasilva@hotmail.com

A teoria da função política organizacional de Simões (1993) compreende um importante viés teórico para o campo acadêmico e para a prática profissional das Relações Públicas na sociedade. Este arcabouço traz um relevante na consolidação da visão sistêmica da *práxis* da área ao enxergar a sua atuação profissional em diferentes contextos e ambientes organizacionais.

Ao considerarmos que a formação do ensino superior em Relações Públicas para além das teorias necessita estar apoiado na produção acadêmica da área, uma possível invisibilidade da teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993) pode representar uma perda para a *práxis* da área na sociedade, podendo trazer um comprometimento no ensino da atividade.

O ponto de partida deste artigo se dá a partir da documentação levantada e das informações resultantes do banco de dados de produções acadêmicas da área de Relações Públicas, em nível de mestrado e doutorado, produzido pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom). Com base em uma análise das referências bibliográficas das teses e dissertações contidas neste banco de dados, identificamos uma baixa utilização das obras do autor Roberto Porto Simões nas produções acadêmicas.

Entre os 73 trabalhos que compõem a base total do banco de dados, apenas 17 utilizam alguma obra de Simões em suas referências. O objetivo deste texto está em refletir sobre a descoberta da invisibilidade da obra de Simões no banco de dados de produções acadêmicas da área de Relações Públicas. Desta forma, em primeiro momento apresentamos um recorte da teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993), destacando sua base teórica sólida e relevante para o campo das Relações Públicas.

Retomamos também o legado do autor, ao salientar as produções e o contexto histórico do GPEPCom, grupo de pesquisa criado pelos professores Claudia Peixoto de Moura e Roberto Porto Simões. Em seguida, a partir do recorte do banco de dados com a análise das referências bibliográficas das produções acadêmicas, desenvolvemos algumas relações entre os dados que revelam informações que contribuem para a reflexão da presente pesquisa.

Teoria da Função Política Organizacional: a Contribuição de Simões

A teoria da função política organizacional desenvolvida pelo autor Roberto Porto Simões (SIMÕES, 1993) teve como base a sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com o título “Relações Públicas e seus Fundamentos em Micropolítica”. Passadas

mais de duas décadas da sua defesa, o trabalho constitui-se como o pontapé de uma base teórica sólida e relevante para o campo acadêmico das Relações Públicas.

O autor inicia a trajetória do texto com a reflexão sobre o fato da universidade ser o berço da ciência, em que ela é vista como “um complexo orgânico e sistemático dos conhecimentos que possuem sobre uma determinada ordem de fenômenos” (SIMÕES, 1993, P. 9). Desta forma, temos a discussão de um ambiente favorável para a coexistência de sentidos concretos e abstratos que dão base para a construção teórica da atividade de Relações Públicas. A reflexão mais aprofundada das práticas da atividade passa a ser o interesse deste pesquisador, que após toda a sua trajetória acadêmica, auxiliou a fundamentação de um relevante viés científico da área para o campo da comunicação.

Partindo da premissa que a universidade deve produzir o conhecimento a partir da realidade social, Simões (1993) propõe a constituição de uma teoria ancorada no olhar micropolítico da *práxis* de Relações Públicas. A emergência do estudo à época estava atrelada à necessidade em constituir pressupostos, hipóteses e uma teoria capaz de sustentar a prática profissional. Em se tratando de um campo relativamente novo pela perspectiva acadêmica, a década de 80 e 90 trouxeram as pesquisas de tese dos futuros expoentes da atividade de Relações Públicas no Brasil.

O estudo de Simões (1993) apresenta uma visão sistêmica da atuação e da *práxis* de Relações Públicas, e trouxe uma contribuição para o desenvolvimento do campo acadêmico, sendo considerado - nacionalmente e internacionalmente - como o único teórico da área no Brasil. Os seus sucessores, alunos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foram os responsáveis pela consolidação e profusão da proposta teórica. Evidentemente, que o próprio autor tratou de evoluir os seus olhares e constructos de Relações Públicas ao longo da sua trajetória acadêmica. Partimos deste cenário então para tecer as discussões deste artigo, acreditando que estamos retomando um importante viés teórico para o campo acadêmico e para a prática profissional na sociedade.

A trajetória acadêmica de Roberto Porto Simões foi relevante para consolidar uma visão sistêmica da *práxis* de Relações Públicas enxergando a atuação do profissional da área em diferentes contextos e ambientes organizacionais. Dentre todas as contribuições da teoria (SIMÕES, 1993), destacamos dois aspectos importantes para esta reflexão: o processo de Relações Públicas e os enfoques teóricos da atividade. No primeiro temos a constituição do ser e o fazer da área de Relações Públicas analisando algumas dimensões do sistema, e no segundo

identificamos os olhares teóricos e suas conseqüentes possibilidades de sustentação da prática profissional no cotidiano.

No ensejo de constituir uma rede teórica da atividade de Relações Públicas, Simões (1993) ainda propõe um arcabouço básico para refletirmos as constituições e definições da prática da atividade. Salientamos que neste momento, o autor explicita - de forma bem teórica - a função da área dentro do sistema organizacional. E vai além, o autor diz que como atividade, ela se definiria como “o exercício da administração da função (sistema) político organizacional, enfocado através do processo de comunicação da organização com seus públicos” (SIMÕES, 1993, p. 63).

Neste olhar teórico, Simões (1993) ainda retoma que o objetivo da atividade está centrado na legitimação das ações organizacionais, e embasa que o alvo estético é a busca constante pela sociedade mais “harmônica e elegante”. Evidente que o autor considera este aspecto como uma utopia, difícil de conquistarmos, especialmente quando o “conflito é iminente no sistema social organização-públicos” (SIMÕES, 1993, p. 63). Desta forma, com o propósito de estruturar a teoria, pelo ponto de vista sistêmico, o autor constrói o processo de Relações Públicas que vamos dialogar a seguir.

O núcleo do sistema social que a *práxis* de Relações Públicas atua fica na relação dialógica entre as organizações e os seus públicos. Neste campo, de acordo com Simões (1993), temos a presença dos conceitos de transação, informação e comunicação, em atuação sinérgica na constituição de funções do processo na esfera pública. Podemos verificar todas as funções no quadro abaixo.

Quadro 1 - Funções do Processo de Relações Públicas

Função	Síntese
Cultural	Aborda fatos culturais dialogando com os campos da antropologia cultural.
Econômica	Aborda questões econômicas dialogando com o campo da economia.
Política	Aborda as nuances políticas numa abordagem do fazer político na organização.
Ideológica	Aborda fatos ideológicos no contexto social das organizações.
Histórica	Aborda a história e a memória institucional.
Jurídica	Aborda o viés do direito e da Teoria Geral do Estado para a organização.
Filosófico	Aborda o aspecto filosófico das ações organizacionais com os públicos.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Simões (1993, p. 69).

O quadro acima sintetiza diferentes *práxis* de Relações Públicas no cenário da esfera pública, e constituem distintas funções no cotidiano profissional. Amparado pelo pensamento sistêmico, Simões (1993) oferece uma proposta de triangulação entre os conceitos de informação, comunicação e transação.

Pressupondo que as organizações são sistemas por ora abertos e por ora fechados, o processo de Relações Públicas se insere no contexto em três momentos distintos. O primeiro configura-se quando a informação ativa o processo, ou seja, ela é a matéria-prima da *práxis* da atividade. O segundo diz respeito à comunicação efetivada, quando o público interage ao receber a mensagem proferida na primeira etapa. O terceiro é quando há a troca, chamada por Simões (1993) de transação, ou seja, quando há algum objetivo atingido e/ou uma ação de retorno.

A transação assume um papel chave para o processo de Relações Públicas, pois segundo Simões (1993) é a partir dela que temos a contribuição da *práxis* para os contextos organizacionais. O autor expõe que as dimensões dos sistemas sociais organizacionais ora se abrem, e ora se fecham mediante o fluxo da prática política de Relações Públicas na organização.

Tratamos neste recorte um breve aspecto das discussões da teoria da função política organizacional, em que a *práxis* de Relações Públicas assume, segundo Simões (1993) papel estratégico neste sistema social. Cabe salientarmos nesta breve retomada que a teoria de Roberto Porto Simões foi mais detalhada nas obras que deram sequência na sua trajetória acadêmica, contudo optamos por apresentar neste texto o berço desta discussão.

A atuação acadêmica e profissional de Roberto Porto Simões contribui na formação de uma geração de profissionais de Relações Públicas no Rio Grande do Sul. O seu processo docente na graduação e pós-graduação da Famecos/PUCRS, para além de outras Instituições de Ensino Superior teve destaque no campo científico. A sua proposta teórica teve inserção no campo acadêmico da área de Relações Públicas dentro e fora do Brasil. Destacamos aqui a sua densidade teórica e reflexiva, além da proposição de atrelar o processo da atividade nos contextos organizacionais.

Ensino e Prática de Comunicação: o Legado de Simões

Ao assumirmos que as contribuições da teoria da função política organizacional podem impactar a *práxis* da área de Relações Públicas na sociedade, começamos a apurar a inserção do seu arcabouço teórico no ensino de ensino superior da atividade. A reflexão que propomos

neste texto nasce no Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom)⁴, que é atualmente coordenado pela Profa. Dra. Claudia Peixoto de Moura. Em sua terceira fase, o grupo estuda temáticas relacionadas ao ensino e às práticas de comunicação.

O grupo criado em 2002, pela Profa. Dra. Claudia Peixoto de Moura e pelo Prof. Dr. Roberto Porto Simões, teve como base os estudos das práticas acadêmicas e profissionais dos processos e aplicações em Relações Públicas. Caracteriza-se, portanto, como o espaço de disseminação dos pressupostos teóricos de Simões (1993), e celeiro de pesquisas acadêmicas - de mestrado e doutorado - que expandiram o processo do conhecimento científico da teoria da função política organizacional. Neste momento, já em sua terceira fase, tem como objetivo geral apropriar-se dos princípios teórico-metodológicos para o ensino e a pesquisa em comunicação, envolvendo as práticas acadêmicas e profissionais, processos e aplicações em Relações Públicas, em Comunicação Organizacional, em Jornalismo⁵.

Nos últimos dois anos, o grupo de pesquisa se centrou em levantamentos do estado da arte das produções acadêmicas da área de Relações Públicas. Este interesse emergiu a partir de uma retomada de toda a contribuição do grupo nas investigações que envolvem o ensino e a prática da área nas últimas duas décadas. Neste sentido, com a participação dos estudantes de mestrado e doutorado que entraram no grupo em 2019, surgiu a elaboração de um banco de dados que reúne todas as pesquisas desenvolvidas em teses de doutorado e dissertações de mestrado, identificadas com a área, no período de 2013 a 2019. A pergunta norteadora e balizadora para este levantamento foi: quais enfoques e correntes teóricas são ou foram predominantes no ensino e na prática de Relações Públicas no Brasil?

O resultado inicial deste levantamento foi apresentado em seminário realizado pelo Fórum da ENSICOM⁶, com uma publicação posterior (MOURA ET AL., 2019). O texto apresenta os caminhos trilhados pelo GPEPCom, em todas as suas fases, e os resultados parciais da primeira fase do levantamento do banco de dados. A primeira etapa consistiu na busca das

⁴ O Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação - GPEPCom tem vínculo institucional com a Escola de Comunicação Artes e Design - Famedcos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e tem o seu cadastro junto ao CNPQ, pelo link <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/20764>

⁵ As informações relativas ao retrospecto, pesquisas, obras e ações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação - GPEPCom, trazidas para a reflexão deste artigo, encontram-se disponíveis pelo link <http://claudiamoura.pro.br/gpepcom/>

⁶ O Fórum da ENSICOM é o Seminário sobre Ensino de Comunicação, organizado pela INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - e tem como objetivo analisar globalmente o ensino de comunicação nas escolas do País e criar um espaço de reflexão para debates sobre ensino / formação / diploma. Mais informações podem ser encontradas no link <https://portalintercom.org.br/centro-cultural/forum-ensicom>

produções acadêmicas em Relações Públicas no período de 2013 a 2018, e totalizou 59 pesquisas com a identificação da área na base do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

De acordo com Moura et. al (2019), o banco de dados da produção acadêmica em Relações Públicas traz três possibilidades de análise para o campo científico. A primeira consiste em revelar as principais práticas de pesquisa, tendo uma visão dos principais Programas de Pós-Graduação e professores orientadores que organizam estes estudos. A segunda possibilidade fica centrada nas principais estratégias metodológicas que as produções adotam, revelando os caminhos e metodologias utilizadas. A terceira oportunidade de análise são os enfoques teóricos com base em Simões (1993), e assim categorizar o viés da produção acadêmica da área.

O GPEPCom organizou a segunda etapa do levantamento do banco de dados da produção acadêmica em Relações Públicas durante o ano de 2020. Neste momento foram inseridos todos os trabalhos defendidos no ano de 2019, com o intuito de ampliar a base de análise. Neste sentido, foram adicionados mais quatorze estudos no banco de dados, que passou a contabilizar 73 produções⁷, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado na área.

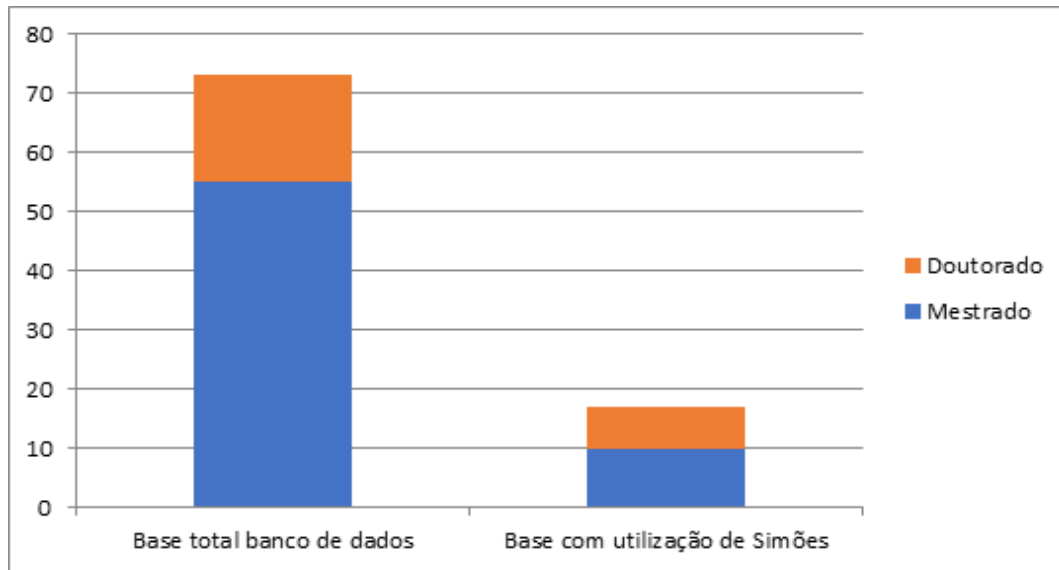
Partindo dos achados do banco de dados da produção acadêmica em Relações Públicas, trazemos um recorte com a análise bibliográfica que vai ser incorporada no *dashboard* do banco na terceira etapa, com o lançamento previsto para 2022. O GPEPCom tem como intenção futura dissecar os dados desta base de estudos trazendo assim mais subsídios e embasamento para reflexões que possam contribuir com os rumos do ensino e da prática da atividade no Brasil.

Banco de Dados de Produções Acadêmicas: a Invisibilidade de Simões

A partir da documentação levantada e das informações resultantes do banco de dados produzido pelo GPEPCom, identificamos quais produções acadêmicas utilizam em suas referências obras do autor Roberto Porto Simões, considerando as obras presentes nas referências bibliográficas de cada produção. Os trabalhos selecionados para compor o banco de dados somam 73 (setenta e três) em nível de mestrado e doutorado, defendidos entre os anos 2013 e 2019. Destes, em apenas 17 (dezessete) foi possível identificar a presença de obras de Simões nas referências, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

⁷ Os dados finalizados da segunda etapa do Banco de Dados da Produção Acadêmica em Relações Públicas podem ser visualizados pelo link <http://claudiamoura.pro.br/gpepcom/banco-de-dados/>

Gráfico 1 – Base banco de dados GPEPCom X Base com utilização de Simões (Nível Mestrado e Doutorado)



Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com o gráfico, observamos que a base total do banco de dados é composta majoritariamente por produções acadêmicas em nível de mestrado, sendo 55 (cinquenta e cinco) dissertações de mestrado e 18 (dezoito) teses de doutorado. Deste total, 10 (dez) produções em nível de mestrado e 7 (sete) produções em nível de doutorado utilizam Simões em suas referências. Isso significa que, apesar das dissertações de mestrado comporem a maioria da base de dados com utilização de Simões (1993), as obras do autor estão mais presentes nas teses de doutorado, representando 38,8% dos trabalhos em nível de doutorado da base total do banco de dados analisado, enquanto, os trabalhos em nível de mestrado representam somente 18,18% do total.

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES), das 13 (treze) presentes na base total do banco de dados analisado, 8 (oito) delas também estão presentes na base com utilização de Simões. A Universidade de São Paulo (USP) é a instituição com mais produções acadêmicas com obras de Simões nas referências, somando 6 (seis) produções, seguida da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com 4 (quatro) produções. A Universidade Estadual Paulista (UNESP) apresenta 2 (duas) produções com utilização de Simões. As demais apresentam apenas uma produção acadêmica com utilização de Simões, identificadas como Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Católica de Brasília (UCB), Cásper Líbero, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme é possível observar no quadro abaixo.

Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior X produções acadêmicas com utilização de Simões

IES	Quantidade de trabalhos produzidos
USP	6
PUCRS	4
UNESP	2
UFSM	1
UCB	1
CÁSPER LÍBERO	1
UMESP	1
UFRGS	1

Fonte: elaborado pelos autores.

No quadro 3 observamos a relação entre orientadores e as produções acadêmicas com utilização de Simões em suas referências. Ao todo, 12 (doze) professores são mencionados. A professora Dr^a Cláudia Peixoto de Moura (PUCRS) aparece com 4 (quatro) orientações concluídas. As professoras Dr^a Elizabeth Nicolau Saad Corrêa (USP) e Dr^a Maria Aparecida Ferrari (USP) aparecem com 2 (duas) orientações concluídas cada. Os demais professores aparecem com 1 (um) trabalho orientado cada.

Quadro 3 – Professor orientador X produções acadêmicas com utilização de Simões

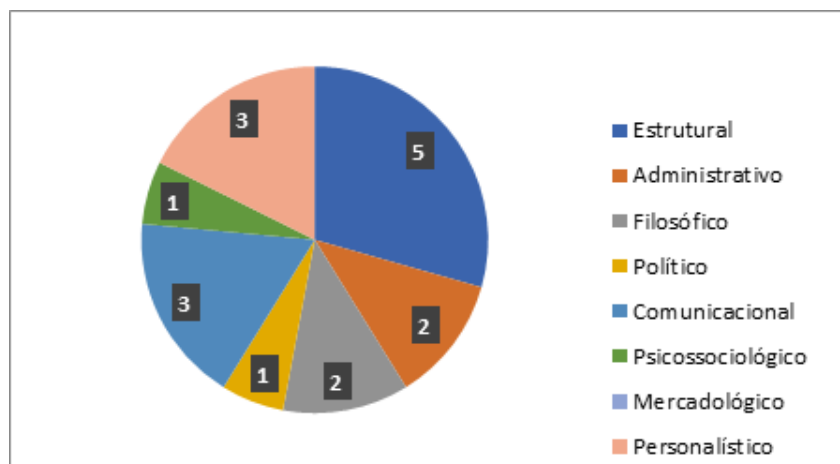
Professor orientador	Quantidade de trabalhos orientados
Dr ^a Cláudia Peixoto de Moura	4
Dr ^a Elizabeth Nicolau Saad Corrêa	2
Dr ^a Maria Aparecida Ferrari	2
Dr ^a Roseane Andrelo	1
Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias	1
Dr. Danilo Rothberg	1
Dr ^a Eugenia Maria Mariano da Rocha Barrichelo	1
Dr ^a Luíza Mônica Assis da Silva	1

Dr. Luis Mauro Sá Martino	1
Dr ^a Margarida Maria Krohling Kunsch	1
Dr. Wilson da Costa Bueno	1
Dr. Moisés Rockembach	1

Fonte: elaborado pelos autores.

Outro aspecto presente no banco de dados produzido pelo GPEPCom, são os enfoques teóricos predominantes nas produções acadêmicas da área de Relações Públicas, com base em Simões (1993). No gráfico abaixo, destacamos os enfoques teóricos predominantes nas produções acadêmicas da base que utilizam Simões em suas referências.

Gráfico 2 – Enfoques teóricos predominantes nas produções acadêmicas com utilização de Simões



Fonte: elaborado pelos autores.

O enfoque com maior predominância é o estrutural, presente em 5 (cinco) produções acadêmicas. Os enfoques comunicacional e personalístico aparecem em 3 (três) produções cada. Os enfoques administrativo e filosófico aparecem em 2 (duas) produções cada, e os enfoques político e psicossociológico em uma produção cada. O enfoque mercadológico não apareceu em nenhuma produção desta base.

Reflexões sobre Teoria e Prática em Relações Públicas

A relação teoria e prática é um aspecto importante para o ponto de partida desta reflexão. Partimos da premissa de que o ensino pode fundamentar as práticas da área na sociedade. Sendo

assim, não dissociamos a teoria da prática, pois não existem espaços para a dicotomia entre estas dimensões. Propomos que a *práxis* de Relações Públicas precisa estar ancorada na teoria, e esta por sua vez, necessita ser apurada e/ou verificada - constantemente - com os fenômenos encontrados nos contextos sociais.

Desta forma, nos parece imprescindível que o ensino de graduação da área de Relações Públicas precisa estar ancorado em distintas bases teóricas da área. Pensamos que diferentes olhares podem contribuir para uma formação mais ampliada e diversificada dando mais suporte e subsídio para o egresso na sociedade. Neste ponto, pontuamos novamente o processo de Relações Públicas, exposto por Simões (1993), em que as diferentes funções da *práxis* podem tornar o relações-públicas um profissional mais capacitado para o exercício das demandas da comunicação organizacional.

Ressaltamos, portanto, que a contribuição da teoria da função política organizacional é relevante para a formação do ensino em Relações Públicas. Neste sentido, Tavares (2019) dialoga sobre os olhares teóricos da área presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), e pensamos que aqui há um ponto importante em nossa reflexão: as orientações do marco normativo para o ensino exigem distintas vertentes teóricas. Defendemos, portanto, que a obra teórica de Roberto Porto Simões é um viés teórico pertinente para a formação da atividade.

Ponderamos também que a formação do ensino superior em Relações Públicas, para além de estar ancorado nas teorias da área, necessita estar ancorada na produção acadêmica da área. Entendemos que as pesquisas - teses de doutorado e dissertações de mestrado - são relevantes e importantes para o processo ensino-aprendizagem da atividade. Logo, este recorte que trabalhamos aqui do banco de dados da produção acadêmica em Relações Públicas configura-se como um importante vetor - também - para o ensino de graduação da área.

A nossa crítica fica centrada na constatação de que a teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993) está invisibilizada nas produções acadêmicas em Relações Públicas no período de 2013 a 2019, de acordo com os dados apresentados anteriormente. Especialmente no que se refere ao lapso temporal, cremos que o período dos últimos oito anos tem sido de constante maturidade do campo científico, com um expressivo número de teses e dissertações. Contudo, ao apurarmos que estes anos têm apenas 17 trabalhos com referência desta importante matriz teórica, pensamos que num possível comprometimento com a *práxis* da área na sociedade.

Trata-se então de uma suposição nossa, ainda sem apuração científica, mas esta invisibilidade da teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993) pode trazer um

comprometimento no ensino da área. Consideramos, pois, que a produção acadêmica - teses de doutorado e dissertações de mestrado - são parte de um conhecimento científico relevante para os docentes de Relações Públicas, nas instituições ao redor do País. Ainda que esta hipótese não fosse validada, a ausência da obra de Roberto Porto Simões no âmbito da pós-graduação, já é - por si só - uma constatação que nos causa interrogações.

Os dados apresentados mostram parâmetros relevantes sobre a origem da obra de Simões (1993), que podemos refletir neste texto. Constatamos a evidência da invisibilidade acentuada nas produções de mestrado, pois mesmo que tenham o maior número de estudos com a referência de Simões, em termos proporcionais à base de dissertações, verificamos um índice menor. Contudo, olhando os dados gerais das teses de doutorado, percebemos que as obras do autor estão mais presentes nas produções deste nível na área de Relações Públicas, considerando o período analisado (2013 a 2019).

Também nos parece evidente, a partir da análise dos dados, que as produções acadêmicas que utilizam Simões em suas referências estão mais concentradas em duas Instituições de Ensino Superior: a USP e a PUCRS. Constatamos que juntas, as duas instituições concentram 10 dos 17 trabalhos analisados. Os professores orientadores que mais possuem orientações concluídas na base de dados com utilização em Simões, também são docentes destas instituições. Isso revela que, de forma geral, as orientações com utilização de Simões estão mais vinculadas às trajetórias acadêmicas dos professores.

Com a observação dos dados, também é possível perceber que há uma distribuição dos enfoques teóricos com base em Simões (1993) entre os trabalhos que utilizem o autor como referência. Percebemos a ocorrência de todos os enfoques, com exceção do mercadológico, não encontrado neste escopo. Os enfoques estrutural, comunicacional e personalístico são os que, respectivamente, tiveram maior predominância. Todos os demais enfoques tiveram também pelo menos um trabalho identificado na base analisada.

A constatação que temos é de que é necessário retomarmos o aspecto teórico da teoria da função organizacional política (SIMÕES, 1993) no âmbito das produções acadêmicas em Relações Públicas no Brasil. Trata-se de um relevante arcabouço teórico, muito atual para as temáticas pesquisadas na área, especialmente pelo viés sistêmico que o autor dialoga com o processo e *práxis* de Relações Públicas.

Entendemos também que o campo científico e acadêmico da área tem papel decisivo e relevante no estímulo desta discussão. Não se trata de considerar apenas o viés da teoria da função política organizacional (SIMÕES, 1993) nas produções, mas de conectá-la com outros referenciais teóricos importantes para um repensar da prática no cotidiano da sociedade. Este é

o papel desejado e esperado da nossa comunidade científica, e apurar mais conexões com análises e pesquisas de temáticas da atualidade será uma considerável contribuição à obra de um autor que dedicou a sua vida ao ser referência - nacional e internacional - da área de Relações Públicas.

Considerações Preliminares

Neste artigo, nos valem de uma importante constatação - a invisibilidade da obra de Roberto Porto Simões nas produções acadêmicas em Relações Públicas nos últimos anos - e suas conexões para o ensino e a prática da área na sociedade. No decorrer do texto, nos detemos em contextualizar a base teórica, retomar o contexto histórico do GPEPCom, e o levantamento do banco de dados de produção acadêmica em Relações Públicas.

O nosso objetivo está centrado em refletir sobre esta descoberta e nas implicações que podemos ter com a invisibilidade da teoria da função política organizacional nos cursos de graduação e de pós-graduação. Ao revermos as proposições teóricas de Simões (1993), identificamos convergências pertinentes pelo viés sistêmico que são preponderantes para o ensino de Relações Públicas e sua correlação com a *práxis* na sociedade. Também pontuamos que a baixa inserção do autor nas referências das produções acadêmicas da área pode enfraquecer o conhecimento científico do campo das Relações Públicas.

A partir da análise dos dados, percebemos a evidência de que as produções acadêmicas que utilizam Simões em suas referências estão concentradas em um número restrito de Instituições do Ensino Superior. Assim como, também estão concentradas em um número restrito de professores orientadores, que evidenciam uma possível vinculação às trajetórias acadêmicas dos docentes, o que aponta ainda mais para a possibilidade de uma invisibilidade da obra de Simões.

Entendemos, portanto, a relevância desta discussão para os docentes da área de Relações Públicas. Ao conectarmos estas produções acadêmicas da área com os professores, emerge a necessidade de ponderar a invisibilidade da teoria da função política organizacional a fim de que ela esteja mantida nos currículos de cursos de graduação em todo o País. Cabe aqui a oportunidade de pensarmos uma pesquisa mais aprofundada a respeito: quais as bibliografias e matrizes teóricas presentes em nossos cursos de graduação? Trata-se de uma inquietação que emerge desta nossa reflexão, com base nos dados que apresentamos neste artigo.

Temos aqui então fortes indícios, sobretudo, para a discussão do campo científico das Relações Públicas para reavaliar a presença da teoria da função política organizacional nas

produções acadêmicas da área. Nossa intenção é pautar a discussão, não supondo que este seja o único arcabouço teórico possível, mas sim um viés pertinente para entendermos e refletirmos a nossa *práxis* no contexto contemporâneo.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2 de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2013.

MOURA, Claudia Peixoto de, et. al. Produção acadêmica sobre ensino e prática de relações públicas: um banco de dados do grupo de pesquisa. In: ENSICOM: **Perspectivas sobre o ensino de comunicação no Brasil** vol 4, Organizado por André Tezza, Claudia Peixoto de Moura, Fernando Ferreira de Almeida e Robson Bastos. São Paulo: Intercom, 2019. pg 83-102.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas e seus fundamentos em micropolítica**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

TAVARES, Marcelo de Barros. O Ensino de Relações Públicas e as Contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais: possíveis olhares teóricos. In: XIII Congresso Abrapcorp, 2019, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: ABRAPCORP, 2019. p. 1-15. Disponível em: <http://portal.abrapcorp.org.br/anais-abrapcorp/2019/gt07.php>. Acesso em 05 abr. 2021.